

CÂMARA, Jerônimo

* magistrado; gov. RN 1890 e 1892.

Jerônimo Américo Raposo da Câmara nasceu em Natal no dia 14 de novembro de 1843, filho de José Lucas Soares Raposo da Câmara e de Maria Leonor Raposo da Câmara.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1868. De volta ao Rio Grande do Norte, em 1869 foi nomeado promotor público em Mossoró e depois em Açu, e em 1870 foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador. Em 1871 foi transferido para a comarca de Maioridade, que incluía os municípios de Imperatriz, Pau dos Ferros e Porto Alegre, sendo nomeado juiz municipal e de órfãos de Imperatriz e, a partir de 1874, de Pau dos Ferros. Foi mais uma vez transferido, agora como juiz de direito, para a nova comarca de Trairi, hoje Nova Cruz, em 1881. Exerceu as funções de chefe de Polícia em 1886 e 1888, e nesse último ano foi enviado para São José de Mipibu.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, quando Antônio Basílio Ribeiro Dantas, último presidente da província, chamou Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano, para assumir e organizar o primeiro governo sob o novo regime, Jerônimo Câmara foi mais uma vez nomeado chefe de Polícia. Dezenove dias depois, quando o governo provisório da República substituiu Pedro Velho por Adolfo Afonso da Silva Gordo, foi mantido no cargo. Quando Adolfo Gordo foi afastado do governo em 8 de fevereiro de 1890, por interferência direta de Pedro Velho junto a Aristides da Silveira Lobo, ministro do Interior, assumiu o governo do estado até a posse de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, em 10 de março. Este, por sua vez, seria substituído por Pedro Velho em 19 de setembro seguinte. Uma série de governantes se sucederia, até que Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros depuseram o governador Miguel Castro, em 28 de novembro de 1891, e em seu lugar instalaram uma junta governativa.

Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano e escolhido presidente do Congresso estadual, em 22 de fevereiro 1892 Jerônimo Câmara recebeu o governo do estado da junta governativa e no dia 28 de fevereiro transferiu-o para Pedro Velho, que fora eleito governador também pelo Congresso estadual. Durante o governo de Pedro Velho, que se estenderia até 25 de março de 1896, assumiria três vezes interinamente o governo do estado, evitando a posse do vice-governador Silvino Bezerra, então na oposição a Pedro Velho.

Ainda em 1892 foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Rio

Grande do Norte, órgão que presidiu até 1898, quando o então governador Joaquim Ferreira Chaves Filho, com o apoio de Pedro Velho, aposentou-o por decreto junto com outros quatro desembargadores e cinco juízes, nomeando para o lugar destes parentes e outros aliados políticos. Tal ato foi motivado pela fundação, em 1897, do Partido Republicano Constitucional, de oposição a Pedro Velho, presidido por Jerônimo Câmara. Embora tivesse recorrido ao Supremo Tribunal Federal, Jerônimo Câmara apenas conseguiu garantir o direito aos vencimentos e atrasados, sendo mantido o seu afastamento.

Faleceu em Natal em 26 de novembro de 1920.

Casado com Mariana Elisa Raposo da Câmara, teve sete filhos. Um deles, José Lucas Raposo da Câmara, foi membro do Superior Tribunal do Amazonas.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *História*; NONATO, R. *Bacharéis*; SOUZA, I. *República*.